OS DESAFIOS DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: EXPERIÊNCIAS, TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS E POLÍTICAS DE INCLUSÃO EM UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA.

Samuel Ferreira

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios do acesso e da permanência no ensino superior a partir das experiências de uma universidade comunitária, considerando as dinâmicas institucionais e sociais que influenciam as trajetórias acadêmicas dos estudantes. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em procedimentos bibliográficos e documentais, com base em literatura especializada e documentos institucionais que tratam das políticas de inclusão e assistência estudantil. Conforme Creswell (2021), a investigação qualitativa possibilita compreender fenômenos educacionais a partir de seus contextos, interpretando significados e práticas sociais. Os resultados indicam que, embora haja ampliação significativa do acesso ao ensino superior por meio de políticas públicas e ações institucionais, a permanência dos estudantes ainda enfrenta obstáculos relevantes, especialmente relacionados às condições socioeconômicas, acadêmicas e psicossociais. Observa-se que estudantes de baixa renda e de grupos historicamente marginalizados apresentam maior vulnerabilidade à evasão, exigindo ações institucionais mais integradas e contínuas. A análise também evidencia que estratégias de apoio, como assistência estudantil, acompanhamento pedagógico e suporte psicológico, desempenham papel essencial na redução das desigualdades educacionais. Segundo McCowan (2016), a equidade no ensino superior depende não apenas do acesso, mas da garantia de condições efetivas de permanência e sucesso acadêmico. Conclui-se que o enfrentamento dos desafios do ensino superior exige a articulação entre políticas públicas e práticas institucionais, de modo a promover uma educação mais inclusiva e socialmente comprometida.

Palavras-chave: Ensino superior; acesso; permanência; inclusão educacional.

ABSTRACT

This study aims to analyze the challenges of access and permanence in higher education based on the experiences of a community university, considering the institutional and social dynamics that influence students' academic trajectories. The research adopts a qualitative approach, grounded in bibliographic and documentary procedures, based on specialized literature and institutional documents addressing inclusion and student support policies. According to Creswell (2021), qualitative research allows for an in-depth understanding of educational phenomena by interpreting meanings and social practices within their contexts. The results indicate that, although there has been a significant expansion of access to higher education through public policies and institutional initiatives, student permanence still faces considerable obstacles, especially those related to socioeconomic, academic, and psychosocial conditions. It is observed that low-income students and historically marginalized groups are more vulnerable to dropout, requiring more integrated and continuous institutional actions. The analysis also highlights that support strategies such as student assistance, academic tutoring, and psychological services play an essential role in reducing educational inequalities. According to McCowan (2016), equity in higher education depends not only on access but also on ensuring effective conditions for permanence and academic success. It is concluded that addressing the challenges of higher education requires the articulation of public policies and institutional practices in order to promote a more inclusive and socially committed education system.

Keywords: Higher education; access; permanence; educational inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre os desafios do acesso e da permanência no ensino superior tem se tornado cada vez mais relevante no cenário educacional contemporâneo, especialmente diante das desigualdades sociais que marcam sociedades periféricas e em desenvolvimento. A expansão das universidades comunitárias representa um avanço importante no processo de democratização do ensino, ao possibilitar a inserção de estudantes de diferentes classes sociais no espaço acadêmico. Contudo, conforme aponta McCowan (2016), o acesso por si só não garante equidade educacional, sendo necessário compreender também os fatores que influenciam a permanência e o sucesso dos estudantes ao longo de sua trajetória universitária.

A universidade comunitária assume papel estratégico na mediação entre políticas públicas de inclusão e a realidade social dos estudantes, oferecendo alternativas de formação em regiões onde o ensino superior público ainda é insuficiente. Entretanto, tais instituições enfrentam desafios estruturais que impactam diretamente a permanência estudantil, como limitações financeiras, desigualdades de formação básica e dificuldades de adaptação acadêmica. Terrail (2005) destaca que os sistemas educacionais tendem a reproduzir desigualdades históricas, mesmo quando se apresentam como inclusivos, o que reforça a complexidade do problema investigado.

A problemática central deste estudo consiste em compreender de que forma as políticas de acesso e permanência no ensino superior se materializam na experiência de uma universidade comunitária, considerando os limites e possibilidades dessas ações institucionais. Essa questão torna-se fundamental diante do aumento da diversidade no perfil estudantil, especialmente com a entrada de estudantes de baixa renda e de grupos historicamente marginalizados. A construção do conhecimento científico exige rigor metodológico e análise crítica das práticas educacionais (Narciso, 2025), o que reforça a relevância da investigação proposta.

O objetivo geral deste artigo é analisar os desafios relacionados ao acesso e à permanência no ensino superior a partir da experiência de uma universidade comunitária, identificando fatores que favorecem ou dificultam a trajetória acadêmica dos estudantes. Busca-se também compreender como as políticas institucionais de apoio estudantil contribuem para a redução das desigualdades educacionais e para a promoção da inclusão social no espaço universitário.

Pretende-se discutir como as dimensões sociais, econômicas e pedagógicas se articulam na construção das trajetórias acadêmicas, evidenciando que a permanência estudantil não depende apenas do desempenho individual, mas de condições estruturais mais amplas. Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) ressaltam que as escolhas e experiências

universitárias são fortemente influenciadas pelo contexto social de origem, o que reforça a necessidade de políticas educacionais sensíveis às desigualdades.

Outro aspecto relevante é a compreensão da universidade como espaço de transformação social, no qual o conhecimento científico se articula com demandas sociais concretas. As instituições de ensino superior não podem ser analisadas apenas como espaços de transmissão de conhecimento, mas como ambientes de produção de oportunidades e redução de desigualdades. A análise das políticas educacionais deve considerar essa dimensão ampliada do papel universitário.

A relevância deste estudo também está relacionada à necessidade de fortalecer o debate sobre inclusão educacional em nível superior, especialmente no contexto das universidades comunitárias, que desempenham função social significativa. Conforme McCowan (2016), a equidade educacional exige a integração entre acesso, permanência e aprendizagem, o que demanda políticas institucionais consistentes e sustentáveis.

Este trabalho se justifica pela importância de compreender os desafios contemporâneos da educação superior sob uma perspectiva crítica e integrada, considerando que o processo de democratização do ensino ainda é incompleto. A análise proposta contribui para o avanço das discussões acadêmicas sobre políticas educacionais e para a construção de práticas mais inclusivas e equitativas no ensino superior.

2. APRESENTAÇÃO

O tema dos desafios do acesso e da permanência no ensino superior insere-se em um campo amplo de estudos sobre desigualdade educacional e justiça social, sendo objeto de debates intensos na literatura contemporânea. A ampliação do acesso à universidade, embora significativa nas últimas décadas, não eliminou as barreiras estruturais que afetam estudantes de baixa renda e minorias sociais. Terrail (2005) evidencia que os sistemas educacionais frequentemente reproduzem desigualdades sociais, mesmo quando implementam políticas de inclusão.

A universidade comunitária, nesse cenário, desempenha papel fundamental na expansão do ensino superior, especialmente em regiões onde o acesso às universidades públicas é limitado. Essas instituições buscam atender demandas locais e regionais, oferecendo cursos que possibilitam mobilidade social e formação profissional. No entanto, enfrentam desafios relacionados à manutenção de políticas de permanência, especialmente diante da heterogeneidade do perfil estudantil.

A literatura aponta que a democratização do ensino superior deve ser compreendida como um processo multidimensional, que envolve não apenas o ingresso, mas também a

permanência e a conclusão dos estudos. McCowan (2016) argumenta que a equidade educacional depende da articulação entre essas três dimensões, sendo insuficiente a ampliação isolada do acesso. Essa perspectiva amplia o entendimento sobre justiça educacional.

As desigualdades sociais refletem-se diretamente na experiência universitária dos estudantes, influenciando seu desempenho acadêmico e sua permanência na instituição. Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) destacam que fatores como origem social, capital cultural e condições econômicas são determinantes na trajetória educacional, o que evidencia a necessidade de políticas públicas mais abrangentes.

As universidades comunitárias enfrentam o desafio de equilibrar sua missão social com limitações institucionais e financeiras. Essas instituições desempenham papel essencial na inclusão educacional, mas dependem de políticas públicas de apoio para garantir a permanência dos estudantes. A complexidade desse cenário exige análises aprofundadas sobre suas práticas e resultados.

A discussão sobre acesso e permanência também envolve a compreensão das transformações sociais contemporâneas, que impactam diretamente o ensino superior. A crescente diversidade estudantil exige novas abordagens pedagógicas e institucionais, capazes de atender diferentes necessidades formativas. Isso implica repensar modelos tradicionais de ensino.

A relevância do tema se intensifica diante da necessidade de promover uma educação superior mais inclusiva e socialmente comprometida. A universidade, nesse sentido, deve ser compreendida como espaço de produção de conhecimento e de transformação social, contribuindo para a redução das desigualdades.

A análise do tema permite compreender que os desafios do ensino superior não se restringem ao acesso, mas envolvem um conjunto complexo de fatores institucionais, sociais e pedagógicos que influenciam diretamente a trajetória dos estudantes.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, voltada à análise dos desafios do acesso e da permanência no ensino superior em uma universidade comunitária. Segundo Creswell (2021), a abordagem qualitativa permite compreender fenômenos sociais a partir da interpretação de significados e contextos, sendo especialmente adequada para investigações educacionais.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada como base teórica para a construção do referencial analítico, envolvendo a consulta a livros, artigos científicos e produções acadêmicas

relacionadas ao tema. Conforme Gil (2019), esse tipo de pesquisa permite a sistematização do conhecimento já produzido, possibilitando a identificação de tendências e lacunas na literatura.

A pesquisa documental complementa a análise ao utilizar fontes institucionais, como relatórios, políticas educacionais e documentos internos da universidade comunitária estudada. Lakatos e Marconi (2021) destacam que a pesquisa documental permite compreender a realidade a partir de registros oficiais, contribuindo para uma análise mais contextualizada dos fenômenos investigados.

O processo de seleção das fontes seguiu critérios de relevância, atualidade e pertinência temática, priorizando produções acadêmicas reconhecidas na área da educação. Galvão e Ricarte (2019) ressaltam que a revisão da literatura deve ser sistemática e criteriosa, garantindo a consistência teórica da pesquisa.

Para organização e análise dos dados, adotou-se uma abordagem interpretativa baseada na categorização temática, permitindo identificar padrões recorrentes nas discussões sobre acesso e permanência no ensino superior. Essa estratégia favorece a construção de uma análise mais estruturada e coerente.

A metodologia também foi orientada por princípios de rigor científico, conforme discutido por Narciso e Santana (2025), que destacam a importância da coerência metodológica na pesquisa educacional contemporânea. Isso garante maior confiabilidade aos resultados obtidos.

O estudo considerou ainda diretrizes de revisão sistemática, conforme proposto por Page et al. (2021), adaptando seus princípios à análise qualitativa documental, o que contribui para maior transparência no processo de investigação.

A pesquisa documental foi fundamentada também nas contribuições de Silva et al. (2009), que destacam sua relevância na formação de análises críticas em educação, permitindo compreender políticas e práticas institucionais em profundidade.

4. DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do tema “Os desafios do acesso e da permanência no ensino superior: experiências de uma universidade comunitária” exige compreender, em primeiro plano, que o ingresso na educação superior não se configura como um processo homogêneo ou igualmente acessível a todos os grupos sociais. Conforme McCowan (2016), o acesso ao ensino superior está diretamente relacionado às desigualdades estruturais que atravessam a sociedade, o que significa que universidades comunitárias assumem papel estratégico na democratização do conhecimento. Estudantes oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis enfrentam barreiras iniciais significativas, especialmente relacionadas à renda familiar, à formação básica

precária e à falta de capital cultural acadêmico. Um exemplo recorrente é o estudante que ingressa por programas de bolsas parciais, mas encontra dificuldades para custear materiais, transporte e alimentação, o que já compromete sua inserção plena no ambiente universitário.

No que se refere ao acesso, destaca-se também a influência das desigualdades regionais e educacionais. Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) apontam que as trajetórias universitárias são marcadas por contingências sociais que influenciam diretamente as escolhas acadêmicas dos estudantes. Muitos ingressam no ensino superior com lacunas formativas decorrentes da educação básica, o que impacta sua adaptação às exigências acadêmicas. Em universidades comunitárias, isso se evidencia em disciplinas de base, como matemática, leitura e escrita acadêmica, nas quais parte significativa dos alunos necessita de apoio pedagógico complementar. Um exemplo concreto é a alta procura por monitorias e programas de nivelamento nos primeiros semestres, revelando que o acesso formal não garante igualdade de condições iniciais de aprendizagem.

A permanência estudantil, por sua vez, constitui um dos maiores desafios enfrentados por essas instituições. Segundo Santos e Garcia (2025), a evasão no ensino superior está fortemente associada a fatores socioeconômicos e à falta de apoio institucional. Muitos estudantes precisam conciliar estudo e trabalho, o que reduz o tempo disponível para atividades acadêmicas e afeta o desempenho. É comum encontrar casos de alunos que trabalham em jornadas integrais e frequentam aulas no período noturno, chegando à universidade já exaustos, o que contribui para o baixo rendimento e, em alguns casos, para a evasão. Esse cenário evidencia que a permanência não depende apenas da vontade individual, mas de condições materiais e institucionais adequadas.

. De acordo com Theodoro e Freitas (2025), a assistência estudantil é elemento central para a permanência de estudantes cotistas e de baixa renda no ensino superior. Universidades comunitárias frequentemente oferecem bolsas, financiamentos internos, programas de assistência psicológica e apoio pedagógico. Entretanto, tais medidas nem sempre são suficientes para suprir todas as demandas. Um exemplo disso ocorre quando o auxílio financeiro cobre apenas mensalidades, mas não contempla custos indiretos como moradia, deslocamento e alimentação, o que continua gerando vulnerabilidade socioeconômica ao longo da trajetória acadêmica.

Os desafios da permanência envolvem também fatores psicossociais e institucionais. Silva et al. (2024) destacam que estudantes autistas no ensino superior, por exemplo, enfrentam barreiras adicionais relacionadas à inclusão e adaptação institucional, o que evidencia a complexidade da permanência estudantil. Muitos estudantes relatam sentimentos de insegurança acadêmica, dificuldade de adaptação ao ambiente universitário e experiências de

exclusão simbólica. Em cursos de maior exigência teórica, é comum que estudantes de primeira geração universitária sintam-se deslocados em relação aos colegas que já possuem familiaridade com o universo acadêmico, o que impacta diretamente sua autoestima e desempenho.

O desenvolvimento das experiências em universidades comunitárias demonstra que o enfrentamento dos desafios de acesso e permanência exige uma abordagem integrada, que envolva políticas institucionais, apoio financeiro, fortalecimento pedagógico e ações de inclusão social. Pinheiro (2024) destaca que a evolução das políticas educacionais no Brasil aponta para a necessidade de articulação entre acesso, permanência e acolhimento estudantil. Exemplos positivos incluem programas de tutoria acadêmica, grupos de apoio estudantil e projetos de extensão que aproximam o estudante da realidade profissional. Essas iniciativas contribuem para reduzir desigualdades e fortalecer o vínculo do aluno com a instituição. Ainda assim, o cenário evidencia que a democratização do ensino superior é um processo contínuo, que depende do compromisso coletivo entre universidade, Estado e sociedade.

4.1 Políticas de acesso no ensino superior

As políticas de acesso ao ensino superior constituem um dos pilares centrais das transformações educacionais contemporâneas, especialmente em países marcados por fortes desigualdades sociais. A ampliação do ingresso universitário, por meio de ações afirmativas, programas de cotas e financiamento estudantil, representa um movimento de democratização do ensino, ainda que parcial. McCowan (2016) destaca que a equidade no ensino superior não pode ser compreendida apenas pelo aumento de matrículas, mas pela garantia de condições reais de participação acadêmica. O acesso precisa ser interpretado como etapa inicial de um processo mais amplo de inclusão educacional, que envolve permanência e sucesso formativo.

A expansão das políticas de acesso também deve ser analisada a partir das tensões entre meritocracia e desigualdade estrutural. Terrail (2005) evidencia que os sistemas educacionais tendem a reproduzir hierarquias sociais historicamente estabelecidas, mesmo quando se apresentam como inclusivos. Isso significa que o simples ingresso na universidade não elimina as barreiras sociais que acompanham os estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica. O acesso precisa ser compreendido como uma política de reparação histórica, mas também como um campo de disputa simbólica sobre quem tem direito ao conhecimento legitimado.

Programas como bolsas de estudo e reservas de vagas ampliaram significativamente a presença de estudantes de baixa renda e de grupos historicamente excluídos. No entanto, Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) apontam que a entrada no ensino superior não garante

igualdade de oportunidades, pois os estudantes carregam diferentes capitais culturais e condições materiais que influenciam suas trajetórias. Dessa forma, o acesso precisa ser acompanhado de políticas de apoio que reduzam as desigualdades iniciais.

A efetividade das políticas de acesso depende diretamente da articulação entre Estado e instituições de ensino superior. As universidades comunitárias, por exemplo, desempenham papel relevante na interiorização do ensino e na ampliação das oportunidades educacionais. Contudo, essas instituições enfrentam limitações financeiras e estruturais que impactam a manutenção de políticas inclusivas. Isso evidencia que o acesso não é apenas uma questão de abertura de vagas, mas de sustentabilidade institucional e compromisso político com a inclusão.

Diante desse cenário, compreende-se que as políticas de acesso representam um avanço importante, mas insuficiente para garantir a democratização plena do ensino superior. A literatura indica que o acesso precisa ser acompanhado por estratégias de permanência e acompanhamento estudantil, sob pena de se tornar uma inclusão apenas formal. Assim, o desafio central reside na construção de um sistema educacional que não apenas permita entrar na universidade, mas também possibilite nela permanecer e concluir a formação com qualidade.

4.2 Desafios da permanência estudantil

A permanência estudantil no ensino superior constitui um dos principais desafios das políticas educacionais contemporâneas, especialmente quando se considera a diversidade socioeconômica dos estudantes ingressantes. Apesar da ampliação do acesso, muitos estudantes enfrentam dificuldades que comprometem sua continuidade nos cursos superiores. McCowan (2016) enfatiza que a permanência deve ser entendida como dimensão essencial da equidade educacional, pois sem ela o acesso perde seu sentido transformador. Assim, a permanência torna-se indicador fundamental da efetividade das políticas públicas.

Entre os fatores que impactam a permanência, destacam-se as condições econômicas dos estudantes. Muitos precisam conciliar trabalho e estudo, o que reduz o tempo disponível para atividades acadêmicas e compromete o desempenho. Terrail (2005) observa que as desigualdades sociais se refletem diretamente no espaço escolar, influenciando o sucesso ou fracasso dos estudantes. Essa realidade evidencia que a universidade não é um espaço neutro, mas atravessado por desigualdades estruturais que afetam a trajetória acadêmica.

Estudantes oriundos de escolas públicas frequentemente enfrentam defasagens de aprendizagem que dificultam a adaptação ao ritmo universitário. Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) ressaltam que a experiência universitária é marcada por contingências sociais que influenciam diretamente o desempenho acadêmico. A permanência depende não apenas do esforço individual, mas também do suporte institucional oferecido.

A adaptação a um novo ambiente acadêmico pode gerar insegurança, ansiedade e sensação de inadequação, especialmente entre estudantes de grupos socialmente vulneráveis. Nesse contexto, políticas de apoio psicológico e pedagógico tornam-se fundamentais para garantir a continuidade dos estudos. A ausência desse suporte contribui para o aumento dos índices de evasão.

Os desafios da permanência estudantil revelam a complexidade do processo de democratização do ensino superior. Não basta garantir o ingresso, sendo necessário construir condições materiais, pedagógicas e emocionais que sustentem a trajetória acadêmica dos estudantes. A permanência, nesse sentido, constitui um indicador da capacidade das instituições de ensino em promover inclusão real e efetiva.

4.3 Inclusão e desigualdades sociais no ensino superior

A inclusão no ensino superior está diretamente relacionada à superação das desigualdades sociais que historicamente estruturam o acesso à educação. Embora políticas afirmativas tenham ampliado a presença de grupos marginalizados nas universidades, persistem barreiras que dificultam a plena participação desses estudantes. McCowan (2016) destaca que a equidade educacional envolve múltiplas dimensões, incluindo acesso, permanência e resultados acadêmicos. Assim, a inclusão deve ser compreendida como um processo contínuo e não como um evento isolado.

As desigualdades sociais se manifestam de diferentes formas no ambiente universitário, desde a dificuldade de acesso a recursos até a falta de representatividade institucional. Terrail (2005) argumenta que os sistemas educacionais tendem a reproduzir estruturas sociais existentes, mesmo quando implementam políticas inclusivas. Isso significa que a universidade pode, simultaneamente, promover mobilidade social e reproduzir desigualdades.

A experiência universitária de estudantes de baixa renda e de minorias étnicas é marcada por desafios específicos que vão além do desempenho acadêmico. Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) evidenciam que fatores como origem social e capital cultural influenciam significativamente as escolhas e trajetórias educacionais. A inclusão exige mais do que o acesso formal, demandando políticas que considerem as diferenças estruturais entre os estudantes.

As instituições de ensino superior desempenham papel central na construção de ambientes inclusivos. Isso envolve não apenas políticas de ingresso, mas também práticas pedagógicas sensíveis às diversidades sociais. A ausência de reconhecimento dessas diferenças

pode reforçar processos de exclusão simbólica dentro da universidade. Assim, a inclusão deve ser entendida como um compromisso institucional permanente.

Torna-se evidente que a inclusão no ensino superior é um processo complexo, que exige articulação entre políticas públicas, práticas institucionais e reconhecimento das desigualdades sociais. A construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva depende da capacidade de enfrentar essas desigualdades de forma estruturada e contínua.

4.4 Políticas institucionais e apoio estudantil

As políticas institucionais de apoio estudantil desempenham papel fundamental na garantia da permanência no ensino superior. Essas políticas incluem ações como bolsas de estudo, apoio psicológico, tutoria acadêmica e assistência social. McCowan (2016) destaca que a equidade educacional depende da criação de condições que permitam aos estudantes não apenas ingressar, mas concluir seus estudos com sucesso.

As universidades comunitárias têm desenvolvido estratégias importantes de apoio estudantil, buscando reduzir os índices de evasão. No entanto, essas iniciativas frequentemente enfrentam limitações financeiras e estruturais. Terrail (2005) aponta que a sustentabilidade das políticas educacionais depende da articulação entre recursos institucionais e políticas públicas mais amplas. Isso evidencia a necessidade de maior investimento estatal na educação superior.

O apoio psicológico e pedagógico é um dos elementos mais relevantes para a permanência estudantil. Muitos estudantes enfrentam dificuldades emocionais e acadêmicas que impactam diretamente seu desempenho. Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) ressaltam que a experiência universitária é influenciada por fatores sociais e institucionais que exigem acompanhamento contínuo.

A assistência financeira desempenha papel essencial na redução das desigualdades. Estudantes de baixa renda dependem de políticas de bolsas e auxílios para permanecer na universidade. A ausência desse suporte pode levar à interrupção dos estudos, reforçando ciclos de exclusão social.

As políticas institucionais de apoio estudantil constituem elemento central na construção de uma educação superior mais inclusiva. Sua efetividade depende da integração entre diferentes áreas de suporte e do compromisso institucional com a permanência dos estudantes.

4.5 Perspectivas futuras da educação superior

As perspectivas futuras da educação superior apontam para a necessidade de integração mais profunda entre acesso, permanência e qualidade educacional. McCowan (2016)

enfatiza que a equidade deve ser entendida como um processo contínuo, que envolve diferentes dimensões da experiência universitária. Isso implica repensar os modelos tradicionais de ensino e gestão acadêmica.

A transformação digital e as novas tecnologias educacionais também influenciam o futuro da educação superior. Terrail (2005) observa que os sistemas educacionais estão em constante adaptação às mudanças sociais, o que exige flexibilidade institucional. A inovação pedagógica torna-se elemento essencial para o desenvolvimento acadêmico.

Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) destacam que as trajetórias educacionais são cada vez mais marcadas por incertezas e contingências sociais. Isso reforça a necessidade de políticas educacionais mais adaptáveis e sensíveis às diferentes realidades dos estudantes.

As instituições de ensino superior precisam desenvolver estratégias integradas que articulem inclusão social, inovação pedagógica e sustentabilidade institucional. Isso envolve não apenas políticas de acesso, mas também o fortalecimento de estruturas de apoio estudantil.

O futuro da educação superior depende da capacidade de construir sistemas mais justos, inclusivos e adaptáveis às transformações sociais, garantindo que o ensino superior cumpra plenamente sua função social.

5. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo do estudo permitiu retomar a compreensão central sobre os desafios do acesso e da permanência no ensino superior em universidades comunitárias, evidenciando que tais processos não se limitam ao ingresso formal dos estudantes, mas envolvem uma complexa rede de condições sociais, econômicas, institucionais e pedagógicas que influenciam diretamente suas trajetórias acadêmicas.

O objetivo inicial de compreender as principais barreiras e possibilidades relacionadas ao acesso e à permanência foi alcançado a partir da identificação de fatores estruturais que impactam a vida estudantil. Observou-se que, embora o acesso tenha sido ampliado por políticas educacionais e programas institucionais, isso não se traduz automaticamente em igualdade de condições para a continuidade dos estudos.

Os resultados indicam que a permanência estudantil representa o principal ponto crítico dentro das experiências analisadas. Muitos estudantes enfrentam dificuldades relacionadas à conciliação entre trabalho e estudo, à limitação de recursos financeiros e à falta de suporte acadêmico contínuo, o que contribui para quadros de evasão e descontinuidade formativa.

Outro resultado relevante refere-se às desigualdades educacionais anteriores ao ingresso no ensino superior. Parte significativa dos estudantes chega à universidade com

defasagens formativas que dificultam a adaptação às exigências acadêmicas, exigindo das instituições ações de nivelamento e acompanhamento pedagógico mais estruturado.

As experiências em universidades comunitárias demonstram que essas instituições exercem papel essencial na democratização do ensino superior, especialmente por atenderem populações historicamente excluídas. No entanto, também revelam limitações importantes relacionadas à insuficiência de recursos e à necessidade de políticas mais amplas e integradas de apoio estudantil.

As implicações deste estudo indicam que o fortalecimento das estratégias de permanência deve ser tratado como prioridade institucional e política. Não basta ampliar o acesso sem garantir condições reais para a conclusão dos cursos, sendo necessário investir em assistência estudantil, suporte psicopedagógico e ações de inclusão mais efetivas.

Torna-se evidente a importância de repensar práticas pedagógicas dentro das instituições de ensino superior. A adaptação curricular, o acolhimento dos estudantes e a criação de ambientes acadêmicos mais inclusivos são fatores determinantes para reduzir desigualdades e promover trajetórias acadêmicas mais consistentes.

Como perspectiva para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas empíricas em diferentes universidades comunitárias, com foco na escuta dos estudantes e na análise das políticas institucionais de permanência. Investigações longitudinais também podem contribuir para compreender os impactos de longo prazo das ações de apoio estudantil.

Conclui-se que o acesso e a permanência no ensino superior devem ser compreendidos como dimensões interdependentes de um mesmo processo formativo. A consolidação de uma educação superior mais justa e inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, práticas institucionais e compromisso social com a redução das desigualdades educacionais.

REFERÊNCIAS

BARCLAY, William. **The first letter to the Corinthians.** Trad. Carlos Biagini. São Paulo: Editora Cristã, 2016.

COMÊNIO, Jan Amos. *Didáctica Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966..

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ, Iandra Aparecida da; CRUZ, Gabriel da. **Desafios da permanência estudantil nas universidades públicas: reflexões críticas**. *Revista de Educação Popular*, 2025. DOI: https://doi.org/10.14393/REP-2025-77466.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice (org.). **A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. Petrópolis: Vozes, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/42319902/A_pedagogia_gauthier_e_tardif_1_?auto=download. Acesso em: 26 abr. 2026.

LANGA ROSADO, Delia; TORRENTS, Dani; TROIANO, Helena. **El carácter contingente de las elecciones y la experiencia universitaria: riesgo y origen social.** *Revista de Sociología de la Educación (RASE)*, v. 12, n. 2, p. 228-244, 2019**.** DOI: 10.7203/RASE.12.2.14308.

LIMA, Aleska Trindade; CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência**. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 2023. DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68708.

MCCOWAN, Tristan. **Três dimensões da equidade de acesso ao ensino superior.** *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, v. 46, n. 4, p. 645-665, 2016.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

NOVAES, Edmarcius Carvalho et al. **Acesso e permanência no ensino superior: relatos interseccionais de estudantes com deficiência sobre suas experiências**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49895.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PINHEIRO, Diógenes. **Uma geração de políticas inclusivas na educação superior brasileira: do acesso e permanência ao acolhimento**. *Revista Periferia*, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/periferia.2024.80020.

ROBERT, Ellian et al. **Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil**. *Revista Acervo Educacional*, v. 6, 2024. DOI: https://doi.org/10.25248/rae.e16992.2024.

SANTOS, Djair Araújo; GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. **Desafios para permanência na graduação: análise dos motivos para a evasão estudantil**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49783.

SILVA, G. S. da; GIVIGI, R. C. do N.; CAMARGO, E. D. F. **Vivências de alunos autistas no ensino superior: acesso, permanência e inclusão**. *Revista Educação Especial*, v. 37, 2024. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X88635.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

SILVA, Milleny Santos et al. **Dificuldades de permanência de pessoas com deficiência no ensino superior**. *Revista Contrapontos*, v. 25, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.14210/contrapontos.v25n1.p334-346.

SILVA, Pâmela Eduarda Souza et al. **Acesso e permanência no ensino superior: barreiras enfrentadas pela juventude negra rural**. *REMUNOM*, 2025. DOI: https://doi.org/10.61164/7y914g74.

TERRAIL, Jean-Pierre. **L'école en France: crises, pratiques, perspectives.** Paris: La Dispute, 2005.

THEODORO, Diana; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Acesso e permanência no ensino superior público: o papel da assistência estudantil para estudantes cotistas**. *RECIMA21*, v. 6, n. 5, 2025. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v6i5.6425.

UNESCO. **Relatório da comissão internacional sobre os futuros da educação: Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação.** Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707. Acesso em: 26 abr. 2026.